

Notas sobre fundadores e povoamento no Brasil: Os casos do sertão pernambucano e do norte mato-grossense

*Ana Claudia Marques**

A ocupação e povoamento do território nacional brasileiro, através de diferentes estratégias e com vários propósitos, têm sido uma preocupação persistente da administração central, sob todos os regimes que assume ao longo da História. O artigo que se segue se debruçará sobre alguns atores de processos de fundação de núcleos de povoação, e mais exatamente sobre elaborações narrativas sob o ponto de vista dos sujeitos desses enunciados, através das quais se propuseram a dar conta desse processo. Os exemplos trabalhados aludem a dois momentos, lugares e processos bastante distintos. Interessam aqui as recorrências e os afastamentos passíveis de serem descortinados no que tange aos métodos e critérios para a consecução desses núcleos deixando de lado a distância de tempo e espaço, da configuração e das proporções alcançadas nos dois casos. No seio dessa aproximação, distingue-se particularmente a reivindicação em nome próprio da empreitada e o conseqüente privatismo combinado à exclusão de outros agentes. Uma empreitada cuja plena realização não obstante implica a adesão de um contingente de atores, que do ponto de vista daqueles narradores aparecem como objetos, e não sujeitos, do discurso e do projeto. Um contingente pessoal, sob o aspecto de multidões informes, maiores ou menores, deslocadas de pontos de origem vários, mais ou menos distantes, que consagram a obra fundadora de um punhado de idealizadores, na medida mesmo em que dão rumo à própria vida, supostamente até então precariamente governada e desarraigada. O ponto de vista sob enfoque não raro explicita ou sugere ainda uma tensão com um projeto estatal assim como com as perspectivas da pluralidade participantes nesses processos.

* *Ana Claudia Marques - Departamento de Antropologia/USP.*

As narrativas e depoimentos referidos aqui compõem o material empírico obtido por mim durante períodos de campo que realizei no sertão pernambucano, entre 1999 e 2001, e na região centro-norte do Mato Grosso, em 2008, relacionados a dois diferentes projetos de pesquisas. Tais processos foram considerados pertinentes para a análise tanto das relações políticas e familiares que foram focalizadas no primeiro¹, quanto da paisagem social que se consolidou concomitantemente ao desenvolvimento do agronegócio de grãos, tema do segundo².

Ambos os processos de ocupação se fazem matéria de estudos acadêmicos ou especializados, que se propõem a contextualizá-los em plano mais geral do povoamento do território nacional. Um dos pioneiros nessa tarefa historiográfica, Capistrano de Abreu sugere como as terras do interior de Pernambuco foram sendo desbravadas, da caatinga e dos tapuias, por punhados de homens acompanhados de seus bois, seguindo a via do rio São Francisco e o leito dos rios intermitentes às margens dos quais fazendas de gado se iam fundando. Os requerimentos de sesmarias eram concedidos e mais tarde parcelas eram dadas em arrendamentos anuais. Muitos dos fundadores de povoados no sertão do Pajeú, onde está referida a pesquisa, foram rendeiros da casa da Torre, de Garcia D'Ávila, o maior sesmeiro da Coroa portuguesa, que obteve a concessão de mais de 80 mil léguas em terras situadas em ambas as margens do São Francisco e seus afluentes.

Também no Mato Grosso as vias fluviais tiveram papel fundamental no acesso e comunicação com o território nacional, notadamente com o centro da capitania de São Paulo, de que fazia parte até meados do século XVIII (cf. MORENO, 2007, p. 34). Mas nesse caso, o povoamento teve como impulso inicial a exploração das minas de ouro dos rios Cuiabá e Coxipó. A essa e outras explorações mineiras, que em diversos momentos históricos puderam atrair fluxos migrantes, acrescentaram-se, nos dois séculos seguintes, com diferentes intensidades e durações, a exploração pecuária, açucareira, de borracha e poaia. Mesmo assim, a vastidão territorial do Mato Grosso³ manteve-se escassamente povoada. Em razão de sua localização geopolítica estratégica, em virtude dos limites com Bolívia e Paraguai (se tivermos em conta, nesse momento, o território do Mato Grosso do Sul), antigas colônias espanholas, sucessivos projetos de ocupação de seu território, com resultados em geral duvidosos, foram concebidos por diversos governos desde a Colônia, no sentido de resguardar as fronteiras nacionais através do povoamento e fixação populacional nessas áreas. Sob qualquer desses impulsos, a imensa área do norte e centro do atual estado do Mato Grosso manteve-se muito rarefeitamente ocupada até a década de 1970, quando se renovam projetos de colonização da área, de algum modo esboçados desde os anos 1930, retomados na década de 1950, mas agora com incomparável favorecimento das iniciativas privadas.

Ambos os processos de ocupação aqui delineados deixam em plano secundário populações indígenas ou caboclas que, no entanto, participaram nesses processos. No mais das vezes, elas são subordinadas aos desígnios dos habitantes. Subordinação que pode se traduzir no seu emprego como coadjuvantes

no processo de ocupação, no seu extermínio ou no seu deslocamento, por assim dizer espontâneo ou dirigido para outras áreas, como aldeamentos jesuítas ou o Parque Nacional do Xingu. Por outro lado, o povoamento dessas regiões só se consagra na medida em que consegue atrair novos coadjuvantes no processo, oriundos de locais mais ou menos distantes, que cumprirão diferentes papéis.

Decerto que os três séculos de povoamento do interior Nordeste não podem ser justamente equiparados às três décadas com que contam as novas cidades do Centro-Oeste. O momento histórico e a profundidade temporal das relações fazem variar os vetores socialmente relevantes em atuação em cada arena e momento. Mesmo que nos detenhamos apenas sobre os processos de fundação de lugares, precisamos lembrar que tais processos não se encerram no tempo. No sertão do Pajeú, os núcleos populacionais fundados ao longo do movimento de conquista do território, partidos do litoral e avançando pelos rios tiveram ali início nos meados do século XVIII, mas se multiplicam as notícias de povoados que se erguem durante todo o século XX. No Mato-Grosso, por sua vez, projetos de povoamento e criação de distrito continuam em curso e são testemunhados atualmente (RUMSTAIN, 2009). Nos vários casos em que essa disposição fundadora parece ocorrer de modo deliberado, consciente em boa parte, as narrativas sobre tais projetos podem aparecer e render algumas elucubrações.

No manuscrito de memórias de José Gomes Correia, sob o belo título de “O Canto da Asa Branca. Fatos de minha vida e histórias que ouvi contar”, temos o privilégio de acompanhar uma dessas narrativas, sobre a fundação do lugar Juazeiro Novo.

Nesse mesmo ano, 1947, num dia de sexta-feira, dormiu aqui (no Paraíso) o velho Antonio Pereira, que ia à feira de Floresta. À noite conversamos muito, quando eu falei da minha promessa de fazer uma Capelinha (...)

Em 1948 fiz a moagem de cana e durante aquele mesmo ano fiz a Capela do Sabiucá, bem maior, muita gente ajudou e a festinha foi muito animada. Ainda em 1949 fiz uma casinha no Monte Sombrio [e] também uma casinha, ao lado da Capela do Sabiucá, para receber o padre.

Em 1953, vendo a dificuldade de gente para trabalhar, fiz mais 3 casinhas perto da Capela, para trabalhadores e plantadores. E ainda dei ordens a quem quisesse fazer casa perto da capela, que podia tirar madeira em meu terreno, como linhas, caibros e ripas, como também lenha, para queimar tijolos e telhas. (...).

Antonio Pereira, vendo que já se formava um povoado, disse-me uma vez: “Zé Yoyô, não consinta que muita gente venha morar aqui, porque esse povo só presta para nos dar prejuízo de lenha e madeira, como também para fazer fuxico. Esse

povo é uma imundície”. Eu disse: Antonio Pereira, eu sei que esse povo é uma imundície mesmo, mas precisamos dessa gente para trabalhar; e de hoje em diante, o Padre poderá vir celebrar e pregar, duas ou três vezes por ano, e no futuro poderá ter uma professora para ensinar; e essa imundície ainda poderá ser gente. (...)

(...)

Em 1954, vendo ainda a necessidade de gente para trabalhar e me lembrando que um dia poderíamos precisar de uma cadeira de professora, interessei-me pelo progresso de Juazeiro Novo, construindo 3, 4 casas por ano. (...) Quando Yeyé começou a ensinar, aumentou a procura de casas por pessoas que não tinham casa nem terra e tinham filhos para matricular, pois queriam morar perto da escola. E eu, já pensando em um dia emancipar, pelo menos como distrito, continuei a construir mais casas.

(...)

Em 1966, ouvindo falar que a CHESF ia construir uma barragem em Itaparica e que essa barragem iria inundar Juazeiro do São Francisco, desisti da construção de casas. Nessa época eu já contava 44 casas construídas por mim. Mas quando alguém queria construir casa, eu dava permissão. Hoje, no povoado de Juazeiro do São Francisco, existem mais de 70 casas construídas.

Na narrativa de José Correia, algumas características de seu empreendimento se impõem e se evidenciam. Primeiro, a prioridade da edificação da capela, de um lugar de reza. Para José Correia se tratou de uma promessa a ser cumprida, formulada em circunstâncias de dificuldade, e cuidadosamente aproveitada pelo padre. Em muitos outros relatos sobre o povoamento do sertão aparece a providência essencial de doação de terras e rendas em patrimônio. Assim fez o casal herdeiro de parte da Fazenda Grande, parcela do imenso patrimônio da Casa da Torre. Leonardo Gominho, em suas pesquisas genealógicas encontrou a escritura de doação da renda de seu sítio em patrimônio da capela que pretendiam erguer com “adjuctório do povo, no mesmo lugar e sítio da Fazenda Grande com a invocação do Senhor Bom Jesus dos Aflitos”. “[Em] 16 de fevereiro de 1780 (...). Iniciou as obras de construção nas imediações da vivenda da fazenda (...). Fazenda Grande em pouco tempo se constituiu um povoado onde, em 1801, o Bispo Dom José da Cunha Azeredo Coutinho (...) criou uma freguesia.” (1996, p. 233-239).

No Mato Grosso, o assunto das condições de formação das cidades foi tema também de várias conversas com aqueles que se consideram os pioneiros da

região. No extrato da entrevista que se segue, editada a partir de minhas notas de campo, meu principal interlocutor é um dos “pioneiros” de Sorriso, que ali se identificam como indivíduos oriundos da Região Sul que adquiriram os primeiros lotes de terra postos à venda por um projeto de colonização privada, ao qual alguns vieram se associar. Daquela região, uma das características que desde logo chama atenção vem a ser a recente e intensa ocupação, exploração agrícola e desenvolvimento de núcleos urbanos que resultam na formação de um universo social de características próprias.

... Aqui havia meia dúzia de cabeças estudando, divulgando o nome de Sorriso. Para cá vinham compradores, com dinheiro da colonizadora, para abrir estradas, ruas, dando muito bem-estar. O dinheiro do lucro que entrava era investido. Todo mundo em comum, com a colonizadora como pivô. Mas cada um com uma parte da tarefa.

Porque nós “carregávamos o poder dentro nós mesmo”. Até as nossas leis. “Não precisava de delegado, de polícia. Alguém tem de tomar decisões. Ou leva preso, ou manda embora, ou (...)”. Em Nobres havia dois policiais [então] eles [os primeiros habitantes] resolviam por si mesmos.

(...)

“sempre o nosso interesse foi de compra. Ninguém pretendia se desfazer, não eram vendedores, eram compradores”. Nosso interesse era abrir agricultura. A colonizadora deu suporte, de experiência de agropecuária, hortaliça. O custo desse investimento e suporte era da margem de lucro da venda de terras pela colonizadora. E dava garantia para pegar empréstimo.

.... “O povo do MT é muito... a cultura é outra (...). Aqui tem peixe, caça e mandioca. ‘365 mandiocas e dois pacus, um para comer, outro para comprar sal’ – isso é mato-grossense que diz. E das 11 às 14 horas é a sesteada. Quando os paulistas chegaram aqui espantaram tudo do comércio. Com sua prensa, deixa aberto direto. Mandaram todos os cuiabanos embora”.

Os pioneiros trataram de criar o município o mais rápido que puderam. Em 1984 havia 130 casas e mais de 2000 habitantes. Entre 1984-1994 o número passou para 25.000. Em 2005, 35.000. “E sabe quantos agora? 65 a 67 mil. A cada dez anos a população dobra”.

Em 1982 foi feito o hospital. “Todo o distrito ia visitar no hospital”. Comento que tudo devia ser razão de festa. Ele

completa que em aniversário ia todo mundo, nem precisava convidar. Apareciam 100, 150 pessoas. “Era muita união”.

Havia igreja? Antes da igreja, fizeram a zona. Eu rio, acho graça, mas pergunto se está brincando. Ele diz que não, que está falando sério, que sem zona não parava peão. Mas diz que isso não era para eu escrever. Eu paro de anotar. Ele diz que eu não posso escrever isso que as esposas não vão gostar.

Um ouvinte de nossa conversa, funcionário do entrevistado, intervém. “Você precisa construir uma cidade, não tem ninguém, precisa de contratar mão-de-obra. Os peões ficam uma, duas, três semanas, quando chega dois meses, se não tiver zona o cara vai embora. Diferente dos donos das fazendas, que têm a família aqui, suas mulheres. Esses, chega o domingo, preparam um churrasco, recebe os amigos, passa o domingo em família. Mas os peões ficam sem ter o que fazer e acabam indo embora”.

(...) “Tudo para o bem do desenvolvimento do município”, prossegue sério o entrevistado. “Onde não há mulher, não desenvolve. Para começar tem colonizador, igreja, Bradesco, prostituta, viado, rodoviária, polícia”.

A Igreja, o lugar de oração aparece como um ponto de reunião fundamental também no Mato Grosso, para uma pessoa não “se alongar”, não virar bicho do mato brabo, conforme expressou outro “pioneiro” da vizinha cidade de Lucas do Rio Verde. Tiveram sempre papel muito especial como polo de reunião das famílias deslocadas de suas terras para uma tentativa de novo lar. Os templos ou simplesmente os ofícios religiosos revelam-se uma força centrípeta, senão geradora, sobre as sociabilidades locais. Ao mesmo tempo, revelam também o modo como essa mesma força é manejável pelos atores locais – padres, pioneiros, administradores – de forma a lograrem rendimentos próprios, individuais ou coletivos, desse exercício. O local onde instalar esse equipamento é decerto o mais trivial desses meios de manejo.

Uma população capaz de se fixar em algum lugar parece ser, obrigatória e maciçamente, constituída por famílias. Se nos diferentes processos de fundação os homens, de preferência na plenitude de sua força física e moral, costumam ser apontados como protagonistas, a realização dessa obra impõe a presença, o mais pronta possível e em plano nem tão secundário assim, de mulheres e crianças. Mas essas não devem estar dispersas e sim organizadas em famílias. Não pretendo desqualificar assim o depoimento algo zombeteiro daquele pioneiro de Sorriso, que se fez corroborar por impressões vindas de diferentes fontes ali mesmo no Mato Grosso e que ganha e renova o sentido de um dos velhos clichês dos filmes de faroeste americanos. A presença de prostitutas – tendo a acrescentar

também a do álcool – se comprova em algo mais que supérfluo e por toda parte se reconhece que por meio delas se prolonga por mais tempo a participação dos homens solteiros, responsáveis por toda sorte de trabalhos pesados exigidos no momento da fundação. Contudo, se elas são necessárias, não são suficientes; pontos de abastecimento de uma jornada, mas não de chegada ou de retorno. A necessária força gravitacional para a constituição de um domicílio, um novo domínio e um novo domus é a família, de preferência em fase de formação. Por isso, talvez antes da escola se faça sentir a necessidade da zona, mas a consolidação da empreitada está condicionada à instalação da primeira.

O depoimento de Ivo Raiser, que junto a um cunhado é considerado o primeiro proprietário legal a residir na região de Sorriso⁴, reforça a compreensão da transformação necessária, ao longo processo de ocupação e povoamento, que se opera através da escola e dos ofícios religiosos no processo de povoamento e urbanização. Uma transformação que introduz mulheres e crianças no projeto de fundação e reacomoda as relações sob uma organização familiar.

I.R. – Aí surgiu esse negócio aqui, compramos. Aí, se inventou de fundar uma cidade aqui... Aí vinha a turma [de interessados em adquirir lotes junto à colonizadora] ali... Tinha um barracão ali, botamos uns vinte, trinta colchões de solteiro, cobrimos, todo mundo dormia ali dentro... ninguém dormia a noite inteira. Aí no outro dia saía para o mato. Eu fui tratorista, eu fui patroleiro, eu que abri as picadas no trator, eu era tratorista, aí eu saía para caçar, eles gostavam muito, aí já compravam as terras... Outro já vinha, já chamava outro. E nós falávamos assim, que ia formar uma cidade, mas brincando. Porque formar uma cidade aqui... E olha, deu uma cidadezinha, viu?...E qual é o nome que dá? Sorriso. Foi uma gozação. Muitos dizem que o nome surgiu porque o nome de arroz em italiano é Rizzo. [Mas] aquilo foi gozação.

(...) Até hoje não tem escola na fazenda, só aqui na cidade. Aí começou uma escolinha. Tinha uma casinha que era a escolinha, ali rezava missa. Tudo no mesmo lugar. Daí, por causa disso, o pessoal preferia morar aqui [na cidade] por causa da escola. Tinha que morar aqui, como é que ia criar uma criança lá no mato [onde ficavam as fazendas]?

A.C. – Por que o senhor disse que “abriria” outro lugar, se fosse mais jovem?

Para botar esse povo que tá aí sem trabalhar. Você vê quantos eu coloquei aqui... Essa cidade aqui quem colocou, automaticamente, fui eu, vieram tudo atrás de mim.

Nós vendíamos barato, nós dávamos lote, para construir uma casa [na cidade], dava de graça, dava uma chácara para

aquele que comprava uma fazendinha de dentro, para ele abrir aqui, para ele morar aqui, para criar uma vaca de leite, um porco, uma coisa, uma galinha... nós [da colonizadora] dávamos de presente, muitos nem queriam. (...) Só que em 90 dias ele tinha de começar a fazer uma casa, né, quando nós inventemos de fazer uma cidade, né. Ninguém queria. Agora hoje ninguém pode comprar um lote. Hoje [o preço] está um absurdo isso aí.

A igreja e, na forma moderna oficialmente assumida no Brasil, principalmente a escola constituem uma encruzilhada entre vida doméstica e a vida pública. Para as crianças, a escola decerto significa uma ampliação de seus contatos rotineiros, mas por meio dela, especialmente na medida em que o ensino se torna compulsório, seus grupos domésticos também se veem lançados em novo regime de relações e normas. No que diz respeito ao sertão do Nordeste, até um passado bastante recente e em alguma medida ainda hoje, escolaridade e prestígio são coisas associadas. Dispensável invocar aqui o peso histórico-político dos bacharéis, pois na miudeza do dia a dia, essa associação se demonstra claramente no respeito devotado aos mestres e mestras, no peso político reconhecido às suas posições, nos fatores políticos envolvidos nas nomeações para os cargos do sistema de Educação, no esforço e sacrifício demonstrado pelos pais em favor da formação acadêmica dos seus filhos, às vezes realizada à grande distância.

A impaciência face às freiras expressa por um dos pioneiros de Sorriso não autoriza a supor menor importância conferida à escolaridade no Mato-Grosso. Em diversos sentidos uma política social se executa e concebe através da organização do ensino escolar (ver ARIÈS, 1978 e DONZELOT, 1986, p. 73 ss.). Pouco frequentada pela maioria dos pais que ali foram se radicar, a escola era considerada uma necessidade para os filhos, mas de forma adaptada às condições vigentes nos povoados nascentes. Atualmente, os cursos superiores são muito ambicionados para os filhos dos proprietários de fazendas, e devem, preferencialmente, ser cursados o mais perto possível, para não interferirem tanto nas outras atividades produtivas, especialmente a agricultura, nas quais os rapazes se engajam muito cedo. Genericamente, a escolaridade parece estar ali mais associada à classe social do que ao prestígio. Uma associação que implica, segundo observei, formas mais gerais de gestão das relações entre essas classes. Pois se a escola é um direito e uma obrigação de todos e para todos, a distribuição da população pelas unidades escolares está sujeita a organizações diversas. Mesmo no que se refere às escolas públicas, de onde por suposto se excluem os filhos das camadas mais endinheiradas, o perfil dos usuários das diferentes unidades é amplamente definido pelo perfil social do bairro onde residem nessas cidades planejadas, inclusive do ponto de vista das divisões socioeconômicas, segundo seus diferentes bairros. Através das escolas, sobretudo as que acolhem as populações mais pobres, e em parceria com as Secretarias de Ação Social e com os Conselhos Tutelares municipais, o poder público busca manter sob seu controle o fluxo incessante de migrantes e atuar sobre indivíduos considerados desviantes, potencialmente perigosos ou

desprotegidos, sejam eles estudantes ou seus familiares. Não somente uma parte importante do controle do destino dos filhos é furtada à família como por meio deles os adultos também se submetem às funções potencialmente biopolíticas (condições de nutrição, higiene, saúde, cuidados parentais dentro de padrões definidos pelos governos) assumidas pelas escolas.

Essas funções parecem resultar do desenvolvimento de uma disposição dir-se-ia profilática, que se pode apreender nos relatos dos fundadores. No relato de José Correia vislumbramos novamente o olhar avaliador de seu amigo que agora o aconselha a repelir o povo abusado, fuxiqueiro e imundo, que antes lhe emprestara o braço forte para erguer sua capela. Em seu juízo, contudo, o fundador demiúrgico sonha com transformação da besta em gente. Exclusão, controle, transformação, indulgência são ingredientes usados em doses variadas, atualmente, na administração dessa população que no agronegócio mato-grossense se incumbe do “trabalho braçal”, que se distingue a priori dos migrantes vindos do Sul, por sua “cultura”, seus modos de falar, gostos culinários, ritmos próprios. Objetos essenciais de toda administração pública e privada, esse “povo” torna-se ele mesmo estimulante do espírito pastoral desses líderes e representantes de uma “sociedade”, à qual não pertencem, mas da qual dependem para uma existência humana. Por eles, o sacrifício, as proverbiais dificuldades indissociáveis do pioneirismo sempre grifadas nas narrativas que o descrevem, vale a pena.

Mesmo porque a intensidade do sacrifício parece só encontrar paralelo na da alegria dos festejos, comemorativos talvez mais que tudo de si mesmos, da vitória da própria empreitada. E, de alguma forma, a nomeação do povoado evoca a singularidade de suas características e a das circunstâncias de sua fundação, sempre em meio a festas. Para além desse ponto comum, as distinções entre os diferentes casos não são menos significativas. No caso de José Correia, a festa sacraliza e comemora um nome que desde então se divulga rapidamente. Sorriso, a exemplo das outras novas cidades do Centro-Oeste, evidencia uma disposição fundamentalmente profana do empreendimento. A festa que o comemora é a mesma que o concebe, em pura “gozação”. As cidades vizinhas que deram origem a município, nenhuma delas com nome santo, nomearam-se de acordo com o projeto empresarial e de colonização em que tiveram origem. Isso não faz jus à religiosidade de seus habitantes, que se atesta de pronto e sem dúvida se relaciona com a circunstância de fronteira agrícola de sua fundação. Mas essa mistura tão memorável do sacrifício e da farra, que se associou ao nome de Sorriso o torna índice de um modo de envolvimento com essa empreitada que sempre combinou interesse e objetivo de vida.

A própria cidade parece a Ivo Raiser uma invenção, uma das muitas ideias formuladas no intuito de atrair compradores de terras naquela região. Terras em quantidade abundante e topografia muito favorável, porém naturalmente inférteis; compradas a preços muito baixos, mas desprovidas de toda infraestrutura e de comunicação mais do que precária com os centros regionais, cuja grande distância era indeterminadamente prolongada pelos atoleiros no período das

chuvas. Toda uma precariedade que se acrescentaria a uma imagem de selva que todo sulista tendia se produzir a respeito da região. Então, se tratou desde sempre de convencer eventuais clientes e futuros vizinhos que dessa luta contra a natureza, cujos ecos se fazem ressentir fortes ainda hoje, os homens podiam sair vencedores. A inclusão do Mato Grosso no mapa produtivo da nação se deu às custas, também, de doses de destruição, controle, transformação e indulgências, portanto, de humanização da natureza e sobre ela era a vitória que comemoravam com festa. Primeiro era preciso “abrir” as áreas, derrubando a mata ali muito densa. Em seguida era preciso preencher o vazio resultante, erguendo casas, montando acampamentos e, principalmente, transformando a terra aberta e estéril em campos produtivos. Mas se a perspectiva de enriquecimento pelo empreendimento agrícola foi desde sempre o principal motor do deslocamento para o Centro-Oeste, principalmente desde a Região Sul, a radicação na nova região exigia muito mais de seus aventureiros. E esse parece ser o contexto daquela “invenção de formar uma cidade” que veio a se tornar realidade. Para boa parte desse contingente de “gaúchos”, quando oriundos de famílias de pequenos produtores, sem grandes recursos de reserva e em regra vivendo um momento de consolidação econômica, a aventura da fronteira exigia sua presença pessoal. Por mais habituados que estivessem ao trabalho braçal, à precariedade das instalações, as dificuldades precisavam ser vencidas se quisessem manter-se ali com suas esposas e filhos e atrair mais pessoas que se juntassem aos esforços em que se envolveram. A formação das cidades não era apenas um pretexto ou mera propaganda para atrair compradores. Escolas, igrejas, hospitais, equipamentos de lazer, bancos (crédito agrícola, mais precisamente), serviços, foram sempre instrumentos de valorização imobiliária, ao mesmo tempo que condição de realização de um novo modo de vida para esses protagonistas da empreitada.

O projeto teve enorme e inesperado sucesso. As novas cidades produtoras de soja do Mato Grosso, emancipadas há cerca de vinte anos, atingem os melhores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do país, de que seus cidadãos muito se orgulham. Malgrado os incentivos de crédito, os licenciamentos, as diretrizes para os planos diretores, a abertura de estradas, a ligação de linhas telefônicas até as cidades, toda uma série de ações viabilizadas e postas em prática por instâncias governamentais, aqueles cidadãos sentem-se os únicos responsáveis pelo êxito do projeto, no qual depositaram muitos recursos pessoais. Mais ainda, consideram que foi necessário superar todas as dificuldades impostas pelos governantes, de um lado, e pela escassez de recursos humanos locais, por outro. Segundo os “sulistas”, os “cuiabanos” só se interessavam em plantar mandioca, pescar pacu e gerenciar pequenos comércios (botecos) e para eles era inconcebível uma exploração agrícola intensiva naquela área de terrenos inférteis.⁵ Superados aqueles obstáculos, os cidadãos preocupam-se e temem agora que lhes escape ao controle os rumos das cidades tão crescidas e desenvolvidas às custas de seu suor. Atualmente, o alvo de suas preocupações são as levas de migrantes, sobretudo nordestinos, que acorrem àqueles municípios em busca de trabalho.

Esse fluxo migratório mais recentemente iniciado, muito intensificado nesta primeira década do século XXI, foi gerado pela própria demanda de mão-de-obra que ali se configurou através de empregos “braçais” pouco especializados, na construção civil e na exploração agrícola, sendo comparativamente bem pagos, nos parâmetros salariais brasileiros e nordestinos, em particular. Os cidadãos presumem que diante das comodidades que foram capazes de gerar, parcelas dessas levas vão se fixar, sem, contudo, disporem de recursos mais especializados para contribuir com o bem-estar geral. Rumstain (2009) mostra, entretanto, que esse temor é infundado no que concerne a uma porção maciça de migrantes sazonais que mantêm por propósito o retorno às suas terras de origem. Trata-se de um contingente de trabalhadores que combinam, em idas e vindas, atividades produtivas na terra de origem a empregos por salários favoráveis em lugares distantes. Por outro lado, aqueles que se fixam não reproduzem, sem dúvida, os padrões habitacionais e de vida almejados pelos seus empregadores.

Aqui observamos uma forte peculiaridade dessas novas cidades do Centro-Oeste face àquelas do sertão nordestino. Neste também emergiram cidades projetadas a partir de objetivos empresariais, de que Delmiro Gouveia (antiga Pedra de Delmiro), em Alagoas, é decerto o melhor exemplo (ROCHA, 1970; PERNAMBUCANO DE MELO, 1998). Mas uma vez que a cidade adquiriu vida própria no sertão, seus rumos passam a pertencer a todos e a ninguém em particular, embora o impulso industrial inicial tenha seus efeitos econômicos repercutidos até hoje. As iniciativas, embora pessoais, adquirem no Mato-Grosso um caráter de protagonismo coletivo daqueles que pretendem estender a gestão de suas vidas e seus negócios para todo um município. Ali, se pretende que o impulso inicial se perpetue ad infinitum e o processo de criação da cidade não cessa de se reproduzir. Sob o ponto de vista do grupo “pioneiro”, a obra talvez permaneça inacabada, embora as muitas apropriações a que estará para sempre sujeita a revelem antes como uma obra aberta.

Notas

1 - O trabalho de campo realizado em Pernambuco durante aquele período decorria de pesquisa de doutorado que resultou na publicação de *Intrigas e Questões. Vingança de família e tramas sociais no sertão de Pernambuco* e uma série de outros artigos. Embora se tratando de um projeto individual, ele estava integrado ao Núcleo de Antropologia da Política (NuAP), entre 1995 e 2005 formalizado como projeto de núcleo de excelência (Pronex) pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

2 - A pesquisa de que faço nesta oportunidade uma circunscrita comunicação faz parte de um projeto financiado pela Ford Foundation e com apoio do CNPq, iniciado no princípio do ano de 2007, coordenado por pesquisadores de três diferentes instituições universitárias (Beatriz Heredia – IFCS/UFRJ; Moacir Palmeira MN/UFRJ; Sérgio Leite, Leonilde e Rosângela Cintrão (CPDA/UFRRJ), que tem por tema “A sociedade e a economia do agronegócio”. Trata-se de um projeto em andamento e não caberia fazer coincidir a presente discussão com os focos definidos para o projeto como um todo. Detenho-me, então, em algumas de minhas observações e em parte do material reunido durante e previamente ao trabalho de campo que realizei recentemente no centro-norte do estado do Mato Grosso.

3 - Em 1748 foi fundada a capitania do Mato Grosso, transformada em província, em 1821 e estado, em 1889. Em 1977 a porção sul de seu território foi desmembrada dando origem ao estado do Mato Grosso do Sul.

4 - Antes deles, apenas alguns empregados de grandes fazendas voltadas para criação de gado e eventuais – mas basicamente não mencionados – posseiros residiam ali.

5 - Essa radical diferença de percepção e objetivos parece marcar a generalidade dos encontros, no Brasil, entre populações oriundas do Sul em busca de terrenos para a agricultura intensiva de grãos em áreas consideradas, pelas populações locais, impróprias ao cultivo.

Referências

- ABREU, João Capistrano de. *Capítulos da História Colonial:1500-1800 & Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.
- ARIËS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1978.
- CORREIA, José Gomes. “O Canto da Asa Branca – Fatos de minha vida e histórias que ouvi contar”. Mimeo, s/d.
- DONZELOT, Jacques. *A Polícia das Famílias*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.
- GOMINHO, Leonardo F. Floresta. *Uma terra, um povo*. Floresta: Centros de Estudos Municipais/Prefeitura de Floresta, 1996.
- MORENO, Gislaene. *Terra e Poder em Mato Grosso*. Cuiabá: EdUFMT/Entrelinhas, 2007.
- PERNAMBUCANO DE MELO, Frederico. Delmiro Gouveia. *Desenvolvimento com impulso de preservação ambiental*. Recife: CHESF/FUNDJ/Editora Massangana, 1998.
- ROCHA, Tadeu. *Delmiro Gouveia*. O Pioneiro de Paulo Afonso. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1970.
- RUMSTAIN, Ariana. “*Peões no Trecho*: estratégias de deslocamento e trabalho no Mato-Grosso. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/Museu Nacional/UFRJ, 2009.

RESUMO

Algumas narrativas históricas de fundação de novos povoados no sertão pernambucano e na porção norte do estado do Mato-Grosso são elaboradas como resultantes de iniciativas pessoais, por parte de um indivíduo ou um pequeno grupo de fundadores. O artigo propõe uma aproximação entre processos de fundação de lugares muito distantes no tempo e no espaço, no intuito de sublinhar seus pontos comuns e especificidades. Uma tensão entre o privatismo desses empreendimentos e os modos de intervenção estatal na esfera local subjaz a essas narrativas e se relaciona em parte com um propósito civilizador comum, reivindicado por esses fundadores. Embora por vezes elidido, enuncia-se o caráter coletivo e, sobretudo, familiar desses projetos.

Palavras-chave: povoamento; família; Estado.

ABSTRACT

Some historical accounts on the founding of new towns in the interior of Pernambuco and in the northern state of Mato Grosso are produced as resulted from personal initiatives, by individuals or small groups of founders. The article proposes a rapprochement between processes of founding of places far distant in time and space, in order to emphasize their commonalities and specificities. A tension between privatism of these businesses and the modes of state intervention in the local sphere is subsumed in these narratives and relates in part to their common civilizing purpose, claimed by these founders. Although sometimes elided, the collective character and focusing on the family of these projects is set out.

Keywords: pioneerism; family; State.